

/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO O INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

João Cravinho

Ex-ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território (XIII Governo Constitucional)

O Interior: o desenvolvimento territorial policêntrico e o apoio à inovação

A dicotomia Litoral/Interior é uma forte realidade que deve ser ultrapassada, em nome do interesse nacional e do bem-estar dos portugueses, vivam onde viverem. Tenho para mim que o melhor caminho para esse efeito é a instalação de um modelo único policêntrico de desenvolvimento territorial, e não o recurso a dois modelos, um dos quais dedicado exclusivamente aos territórios do Interior. Nas próximas décadas Portugal deverá fazer tudo para se juntar aos países de topo da União Europeia, em matéria de cultura e desempenho empresarial de inovação, por forma a colocar-se, digamos, nos dez primeiros. É um objetivo reconhecidamente difícil, mas alcançável, através da conjugação de iniciativas privadas e de políticas públicas.

Penso que o modelo policêntrico de desenvolvimento territorial deve envolver todo o território nacional, incluindo o Interior, na formatação de ações e apoios com forte cunho internacional, nacional e local. Portugal necessita de um sistema de apoio à inovação coerente e eficaz, harmonizado na perspetiva sistémica, simultaneamente integradora do Litoral e do Interior, numa escala lógica de defesa do interesse nacional e do bem-estar generali-

zado da população. O país precisa que o Interior tenha um lugar destacado na preservação da inclusão social.

Como escreve Mário Draghi no seu Relatório sobre o Futuro da Competitividade Europeia, Parte A, pág. 15, “A União Europeia tem de assegurar que mais cidades e regiões participem nos setores que irão suscitar o crescimento futuro, promovendo iniciativas existentes como a Innovation Valey Net, a Zero Acceleration Net e os Vales de Hidrogénio a nível subnacional em muitos estados-membros. Especificamente, as políticas de coesão necessitarão de ser retocadas em áreas como educação, transporte, habitação, conectividade digital e planeamento, que podem aumentar a atratividade de diferentes cidades e regiões”.

É nesta perspetiva que coloco a relação do Interior com o modelo de desenvolvimento territorial policêntrico e o apoio ao sistema de inovação.

O país precisa de não menos de dez institutos centrados em temáticas selecionadas, com capacidade de intervenção transversal por todo o país. As principais cidades e as instituições de Ensino Superior que podem atribuir doutoramentos devem interagir a nível internacional, através de centros de excelência dispersos por todo o território. A nível local, o foco principal terá de estar associado às atividades pró-inovação no âmbito municipal, bem como em iniciativas relevantes da própria sociedade civil. Esta vasta rede constituinte do sistema nacional de apoio à inovação terá de ter uma expansão reforçada para além do espaço litoral.

O que se preconiza exigirá vultuosos financiamentos às instituições envolvidas, tanto públicas como privadas. Os volumes atuais de tal financiamento são uma reduzida fração do que será necessário. Portugal tem como meta chegar a 2030 com um financiamento público de 1% do PIB, enquanto que as necessidades futuras exigem um financiamento próximo de 1,5%. Há possibilidade de o conseguir, nomeadamente reduzindo a despesa fiscal de muito menor interesse coletivo. Por outro lado, há fortes exigências de recursos humanos por satisfazer, quer para reter talentos, quer para atrair talentos à escala global, com interesse em estudar ou trabalhar em Portugal.

Precisaremos de criar um sistema de recrutamento desses talentos mediante bolsas e contratos especiais dirigidos a talentos de competência mundial. Densificar o diagnóstico em sentido operacional e concretizar urgentemente as soluções necessárias é a nossa tarefa para as próximas décadas.



Diz-nos Draghi: “A União Europeia tem de assegurar que mais cidades e regiões participem nos setores que irão suscitar o crescimento futuro, promovendo iniciativas (...) a nível subnacional em muitos estados-membros”